

“Nunca foi tão difícil como agora defender a democratização dos meios”: entrevista com Luís Ramiro Beltrão

Por Gislene Moreira¹

No último dia 21 de abril, o pioneiro a denunciar os perigos da concentração mediática na América Latina nos anos 70 protagonizou um novo momento histórico. Aos 80 anos, Luís Ramiro Beltrão doou sua biblioteca pessoal, seus documentos e medalhas à Universidade Católica Boliviana, mantendo viva a memória do pensamento crítico das políticas de comunicação no continente. Em entrevista exclusiva, ele fala dos desafios contemporâneos, das políticas das novas esquerdas, e convoca à renovação do pensamento e da luta pela democratização mediática.

P: Neste momento, muitos países de América Latina estão reformulando suas legislações e políticas de comunicação, sinalizando uma maior regulação estatal no setor. Esse cenário aponta a uma retomada das discussões de democratização dos meios dos anos 70?

Não conheço, até agora, nenhum país que tenha formulado uma política num exercício normativo integral, plural e cooperativo como eu o entendo. Os governos continuam tendo suas políticas de comunicação, como sempre tiveram, mas num sei se é muito diferente o que está passando.

Posso falar de Bolívia, que tem um caso antinômico muito estranho, porque tem uma nova constituição avançada que até diz que os meios se autorregulem. Confesso que fiquei surpreso que estivesse escrito assim... Mas todo mundo comenta, e um alto funcionário já disse, que se deve pensar uma forma de controlar a imprensa para que ela não minta. Então, uma coisa é o que diz o papel, outra coisa é o que fazem as autoridades, e isso é o que eu não entendo. Até agora, pelo menos aqui em Bolívia, não soube de nenhuma reunião dos grêmios de jornalistas com as autoridades para poder regular isso.

Existe a Lei de Imprensa, que é de 1925, mas os jornalistas cuidam dela como um totem, em parte porque preferem não ter regulação, e de outra porque existe uma tendência muito notável de que os governos tentam mudar a lei para fazer sanções e ameaças aos jornalistas. Por isso, a maioria prefere não mudar nada. Porque todos os governos que entram, sejam de direita, sejam de esquerda, dizem que vão mudar a lei, mas nunca a ideia é para dar mais direitos, para democratizar de forma plena.

Faz pouco tempo eu participei de uma proposta em Santa Cruz para a construção do “cambio”, mas vá saber o que vão fazer com isso. Eu não vejo

¹ Doutoranda em Ciência Política na FLACSO-México, membro do Grupo de Pesquisa CEPOS (apoiado pela Ford Foundation) e mestre em Cultura e Sociedade pela UFBA. E-mail: <gislene.moreira@flacso.edu.mx>.

até o momento uma estância de diálogo entre as partes. Tá cada um por um lado, e se continua assim, o que cada um deles busca é impor sua vontade sobre o outro. Não temos um comitê público que discuta as mudanças da lei com todos os lados.

O que eu espero é que se respeite à constituição que aprovaram. Inclusive os grêmios jornalísticos vão aceitar uma nova lei se dão as garantias que a constituição não vai ser modificada de modo algum.

P: Neste modelo de construção participativa, existe espaço para outros atores sociais, além dos empresários e jornalistas?

Eu sempre defendi a construção coletiva das políticas de comunicação e nunca disse que os governos nacionais deviam fazer elas sozinhos. Por que se é para fazer o que lhes vem na cabeça, isso eles sempre fizeram e não precisam que ninguém lhes dê esse tipo de recomendação. Acho que esses espaços mistos, com representação plural y comunitária, são o único caminho de evitar os desmandos e excessos governistas.

A batalha mediática de hoje é muito mais romântica que nos anos 70. Parece inverossímil!

Acredito que hoje existe mais abertura para incorporar também outros setores, como as agrupações cidadãs, os sindicatos de trabalhadores e agricultores... Também as associações de profissionais, as associações de moradores. Existem muitos atores. O desafio é justamente escolher as mais representativas para que elas participem na preparação e formulação dessas políticas. É preciso abrir o leque para que mais gente se aproprie disso.

P: Muitos defendem que os governos da chamada “nova esquerda” são mais favoráveis a essa construção dialogada. Está de acordo com isso?

Os governos dessa nova esquerda são muito amigos, mas são o mesmo. É preciso diferenciar. Por exemplo, Lula e Bachelet são sociais democratas, que negociam e escutam a direita, isso é diferente de uma postura mais radical como a que está passando em outros governos da região. Parece que Argentina encontrou um meio termo, se uniu com a sociedade civil e mudou a lei. A briga agora é com os monopólios que não querem se toque em nada. Para os grandes meios, a melhor política é não ter nenhuma política, porque assim podem seguir abusando, explorando e mentindo.

Considero que dos 70 até agora houve um revés nas políticas de comunicação. Com a globalização, a dominação e a concentração tecnológica se acentuaram enormemente. Existe mais impunidade que nunca, e a batalha é hoje muito mais romântica que nos anos 70. Parece inverossímil! E não sei até onde chega o alcance dessas novas políticas.

Faz oito anos que estou propondo que se juntem Alaic, Felafacs e outras organizações que existem em América Latina de comunicação para que façam um comitê para continuar a luta pela democratização da comunicação e levar a ideia adiante, e atualizando o pensamento para entender essa estrutura tão imensamente poderosa, e hoje em dia mais que nunca. Se nos 70, a situação da concentração mediática era grave, hoje é muito pior. E se os estudantes, acadêmicos, todos, não se põem de acordo em estudar e denunciar isso, eles vão seguir abusando impunemente.

P: Nos anos 70, parecia que esse cenário ia ser alterado a favor de políticas mais democráticas de comunicação. Que fatores explicam tamanho retrocesso?

Os que defendiam políticas de comunicação mais plurais não erámos muitos e fizeram das nossas vidas um inferno. A Associação Interamericana de Radiodifusão e a Sociedade

Interamericana de Imprensa (SIP) nos repudiaram publicamente dizendo que atentávamos à liberdade de imprensa, que estávamos dirigidos ao fascismo e ao marxismo. Como os primeiros que tocaram o tema, nos acusavam de terrorista e nunca nos permitiram ser convidados para os eventos como o Pacto de San José (Costa Rica, 1976).

Para os abusos não se repitam, eu não tenho a fórmula. (...) Mas no cenário atual não adianta pensar por país. Tem que se chegar em bloco, tem de se ter muita força.

O Diretor Geral da Unesco, o africano Amadou M'Bow, teve que deixar o cargo. Estados Unidos e Inglaterra se retiraram da instituição. As pressões foram tão grandes que o órgão deixou de fora da reunião a todos os funcionários responsáveis pelo tema e só enviou uma bibliotecária...

Nessa reunião de Ministros (em São José), Guido Grooscors (Ministro de Informação da Venezuela) fez foi uma negociação brilhante, assim como fez McBride, conseguindo estabelecer negociações e publicar os documentos. E todos os pesquisadores reconhecem que esses acordos e relatórios tem muita influencia do pensamento latino-americano. Mas nessa época, éramos poucos, a noção de direito a comunicação nunca chegou à discussão das políticas.

Nessa reunião da Costa Rica, o presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez respaldou a Guido como responsável por conduzir as discussões e convenceu aos outros ministros a assinar os acordos, afirmando que o tema não representava ameaças. E o que acontece depois? Guido voltou à Venezuela e escreveu um documento para iniciar aí uma política coerente com todos os princípios que o presidente defendeu. A resposta de Pérez foi: "Guido, guarda teu papel que não é hora pra isso. Estamos perto das eleições!". Aí a AIR fez da vida dele um inferno, o mandaram de embaixador a Colômbia e desapareceram com o tema. Isso no país que chegou mais forte. Imagine nos

países do Cone Sul, que estavam sofrendo ditaduras brutais. Depois veio o neoliberalismo e aí foi que morreu tudo.

Para que abusos como esses não se repitam, eu não tenho a fórmula. Se tivesse, estaria encantado! (rs). Mas é exatamente por isso que proponho que se juntem os pares. Porque no cenário atual não adianta pensar algo por país. Tem de chegar em bloco e ter muita força.